



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA SÃO PAULO OBRAS – SPOBRAS, REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2021.

No vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e um, às nove horas e cinco minutos, por convocação de seu Presidente, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Administração da empresa São Paulo Obras – SPObras, de forma virtual, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, em razão da pandemia pela qual passa o país causada pelo COVID-19. Desta feita, os itens constantes da pauta foram os seguintes: Item 1) Aprovação da Ata da Reunião Anterior; Item 2) Posição Financeira da Empresa; Item 3) Outros Assuntos. Aberta a reunião, presidida pelo Conselheiro Mauro Ricardo Machado Costa, aprovou-se, por unanimidade, a ata da reunião anterior, com a dispensa de leitura, em razão do prévio conhecimento de todos, assim, superado o item 1. Na sequência, item 2, o Coordenador do Núcleo de Finanças, Senhor Adão Borges Vasconcelos apresentou o resumo do fluxo de caixa do mês de dezembro de 2020, bem como a previsão parcial do fluxo de caixa para o exercício de 2021. Indagado acerca da expressiva receita no mês de dezembro, esclareceu que o ingresso deu-se em razão da liquidação de todos os empenhos que já tinham sido emitidos, especialmente das medições das Obras de Arte Especiais e da Operação Urbana oriundos das Habitações de Interesse Social. Encerrada as exposições numéricas, foi ressaltado pelo Presidente do Conselho que o diante do atual cenário, faz-se imprescindível o planejamento das ações para ano de 2021, para que a expectativa de déficit não se concretize evitando, assim, que a empresa se torne dependente, com a conseqüente necessidade de aporte do Tesouro. Portanto, o Colegiado salientou que compete à Empresa envidar esforços para manter o equilíbrio entre as receitas e despesas, e que o ano de 2021 representará um grande desafio. Feitos os esclarecimentos necessários, passou-se para as projeções de 2021, destacando que se trata de um estudo preliminar, pois a nova Administração da Empresa, após a publicação do Decreto n.º 60.040 de 31 de dezembro de 2020, pretende realizar ajustes operacionais, com o objetivo de estabelecer novas parcerias, assim como ampliar as hipóteses de taxas de fiscalização das obras. Ainda com a palavra o Coordenador do Núcleo de Finanças narrou as receitas previstas, com a descrição das obras em curso, bem como daquelas pendentes de concretização. Esclareceu-se, também, que a planilha apresentada já prevê o déficit de caixa ocasionado pela transferência das fiscalizações das operações urbanas para a SPUrbanismo, nos termos do Decreto supramencionado. Por sua vez, Conselho de Administração inquiriu qual seria o impacto no fluxo de caixa da Empresa oriundo das determinações do Decreto supramencionado. No que tange especificamente à receita de caixa, afirmou-se que a fiscalização da operação urbana foi totalmente transferida à

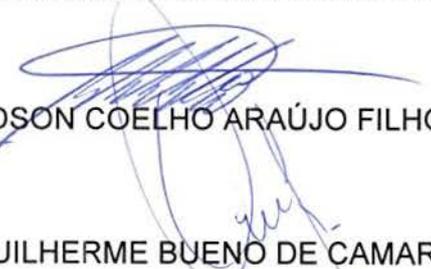
SPUrbanismo, acarretando, portanto, a perda de receita de aproximadamente R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) Foi passada a palavra ao atual Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras o qual também ocupa o cargo de Presidente da SPObras, senhor Marcos Monteiro, este discorreu que está em discussão quais serão as consequências práticas do repasse de atribuições e recursos determinados pelo Decreto, especialmente, em relação aos trabalhos já realizados ou em curso, considerando que não houve previsão expressa de regras de transição. O Presidente do Conselho de Administração sugeriu que a Secretaria de Governo, com a ajuda do Conselheiro Antônio Carlos, faça a intermediação entre a SMUL, SIURB, SPObras e SPUrbanismo com o intuito de estabelecer a divisão dos contratos em curso e delimitar as atribuições e responsabilidades de cada uma das empresas, evitando, dessa forma, que ocorra solução de continuidade das obras em andamento. Prosseguindo com a explanação das projeções, no que tange as despesas, destacou-se que a partir de março a Empresa deverá iniciar o repasse da segunda cota de dividendos do exercício de 2019, que representa a cifra de, aproximadamente, R\$7.000.000,00 (sete milhões reais) dividido em dez parcelas. Assim sendo, considerando os gastos ordinários e a frustação do orçamento oriundo das operações urbanas, estima-se um déficit da ordem de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) até o final de 2021. Salientou-se, ainda, que SPObras já entrou em contato com SIURB, solicitando o trâmite mais célere dos empenhos já disponibilizados, especialmente, os originários do FUNDURB, para que a empresa receba de forma breve pelos trabalhos encerrados. Diante do cenário apresentado, é possível observar que as despesas crescem em grandeza muito superior às receitas, portanto, o Colegiado sugeriu que a Administração da SPObras enuncie alternativas para garantir o equilíbrio entre as receitas e as despesas para o exercício de 2021 e que, nas próximas reuniões (fevereiro ou março) apresente um plano de ação para a solução do déficit vislumbrando já na reunião de hoje de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais). O conselheiro Vitor Aly, corroborando com a ideia de a Empresa viabilizar e traçar novas reestruturações para auferir recursos, sugeriu a intensificação dos trabalhos de fiscalização das Obras de Arte Especiais, com recursos de FUNDURB. Relembrou, ainda, a existência de grandes obras em curso, como Chucri Zaidan e Pirituba-Lapa, cujo apoio de SPObras à SIURB é indispensável, representado mais uma vultosa fonte de receita. Por conseguinte, o Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras, senhor Marcos Monteiro, afirmou que a Empresa pretende levar à Secretaria de Governo a proposta de que SPObras retome seu caminho original que é ser essencialmente uma gerenciadora de obras, oferecendo seus serviços a outras Secretarias (Saúde, Habitação, Transporte, e especialmente crescendo a sua participação nas obras desenvolvidas junto à SIURB), e, ainda, concomitantemente, promover uma reestruturação da empresa. A Conselheira Rebeca Vieira Policastro sugeriu à Diretoria que implante políticas de governança, como, por exemplo, um planejamento estratégico, com metas, riscos e prazos previamente definidos, garantindo a



emancipação da empresa e evitando futura dependência do Governo. Colocou-se à disposição para colaborar com o desenvolvimento de políticas de boas práticas de governança, para que a empresa seja reconhecida dentro e fora da Prefeitura, como uma empresa séria, competente e eficiente. Ato contínuo, o colegiado manifestou-se de acordo com a sugestão da conselheira Rebeca, acolhendo-a. Por fim o Conselheiro Valter Luiz Vendramin agradeceu a colaboração de todos pelos trabalhos desenvolvidos em conjunto e por todo o apoio sempre oferecido. Após, como os senhores Conselheiros aquiesceram com os esclarecimentos e informações apresentadas, os trabalhos foram encerrados, e, eu, Marília Rodrigues Ferreira Martins, *MM* advogada, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelos integrantes do Colegiado.



ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO



EDSON COELHO ARAÚJO FILHO

GUILHERME BUENO DE CAMARGO



MAURO RICARDO MACHADO COSTA



REBECA VIEIRA POLICASTRO

RODRIGO IGLESIAS ARENAS (*ausente*)

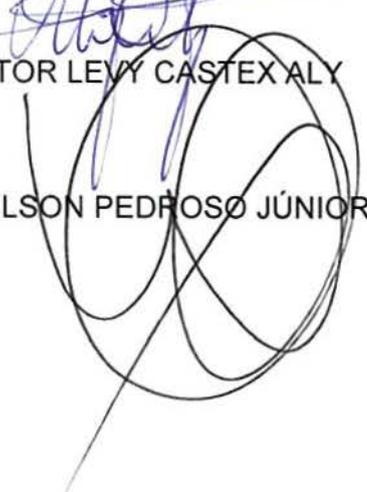


Marília R. F. Martins
advogada
SP Obras



VALTER LUIZ VENDRAMIN

VITOR LEY CASTEX ALY



WILSON PEDROSO JÚNIOR